



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XIII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**  
**PRIMEIRA PROVA ESCRITA – 2ª ETAPA**  
**Cuiabá – Mato Grosso**

**29 de abril de 2007**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 2 (duas) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico [www.trt23.gov.br](http://www.trt23.gov.br).
11. A sessão pública de identificação das provas e divulgação do resultado ocorrerá no dia 02.05.2007, a partir das 16 horas, na sede do TRT da 23ª Região, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 – Centro Político Administrativo.

**COMISSÃO DE CONCURSO**

## DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

1) - Considere as proposições abaixo formuladas e assinale a alternativa correta:

I – a subordinação jurídica, a qual traduz a posição particular do sujeito em determinado momento, constitui um dos pressupostos do contrato de emprego e encontra seus limites nas fontes formais do contrato;

II – não é empregada doméstica a pessoa que, reunindo os pressupostos da personalidade, da não-eventualidade, do salário e da subordinação jurídica, trabalha em seu próprio domicílio;

III – equipara-se a empregador comum o titular do cartório não oficializado que auferir renda decorrente da exploração do cartório e, no exercício da delegação estatal, contrata, assalaria e dirige a prestação laboral dos seus auxiliares;

IV – conforme entendimento do c. TST, em caso de criação de novo Município ou desmembramento, cada uma das novas entidades responsabiliza-se pelos direitos trabalhistas dos empregados no período em que figurarem como real empregador;

V – não são considerados empregados dos partidos políticos ou dos candidatos os que, por ocasião das campanhas eleitorais e por motivos ideológicos, engajam-se nas aludidas campanhas e atuam na condição “cabo eleitoral”.

a)- somente o item I está correto;

b)-somente os itens I e II estão corretos;

c)- somente os itens I, II, III estão corretos;

d)-somente os itens I, II, III, IV estão corretos;

e)- todos os itens estão corretos.

2) - Assinale a opção correta:

I – com base no entendimento do c. TST, é considerado trabalhador rural o motorista que trabalha no âmbito da empresa cuja atividade é preponderantemente rural, considerando que, de modo geral, não enfrenta o trânsito das estradas e cidades;

II – no atinente aos raios solares, não é devido o adicional de insalubridade ao trabalhador rural que exerce a função a céu aberto, em face da ausência de previsão legal, conforme entendimento do c. TST;

III – o contrato de trabalho temporário firmado por escrito será nulo quando não se destinar a serviço transitório, de substituição de pessoal ou acréscimo extraordinário de serviço, cuja nulidade acarreta o reconhecimento do liame empregatício direto com a tomadora;

IV – o entendimento que emerge do item IV, da Súmula 331, do c. TST, é no sentido de reconhecer a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo empregador, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial;

V – a terceirização ocorre com a transferência para outrem de atividades consideradas secundárias, vale dizer, de suporte, atendo-se a empresa à sua atividade principal. Nessa perspectiva, não forma vínculo empregatício com o tomador a contratação de serviços de vigilância, de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que existente a personalidade e subordinação direta.

- a) - estão incorretos apenas os itens I e V;
- b) - estão incorretos apenas os itens I, II e V;
- c) - estão corretos apenas os itens I, II;
- d) - estão corretos apenas os itens II, III e V;
- e) - estão corretos apenas os itens I, II, III e IV.

3) - Considere as proposições abaixo formuladas e assinale a alternativa correta:

I - no contrato de experiência, extingue-se o liame empregatício com o advento do termo, razão por que é imprescindível expor as razões pelas quais não prosseguiu a relação jurídica;

II - o prazo do contrato de experiência não flui normalmente durante o período em que o empregado estiver afastado desfrutando de benefício previdenciário, salvo se as partes tenham ajustado em contrário;

III - doutrinariamente, é correto afirmar que a natureza da responsabilidade pré-contratual é de natureza extracontratual fundada no princípio da boa-fé, isso porque nas negociações preliminares o contrato ainda não chegou a ser celebrado;

IV - a licitude do objeto é um dos requisitos ou elementos essenciais do contrato de emprego, razão pela qual se exige que a prestação de serviços esteja em consonância com a lei, com a ordem pública e com os bons costumes, independentemente de a atividade empresarial ser lícita ou ilícita;

V - a parceria rural é contrato de atividade que possui afinidades com o contrato de emprego, mas com ele não se confunde, porquanto o parceiro trabalha sem o pressuposto da subordinação jurídica e, por corolário lógico, não sujeito aos poderes diretivo e disciplinar conferidos ao empregador; todavia, o contrato de parceria pode coexistir com a relação de emprego.

- a) - somente o item I está correto;
- b) - somente os itens I e II estão incorretos;
- c) - somente os itens I, II, III estão incorretos;
- d) - somente os itens I, II, III, IV estão corretos;
- e) - todos os itens estão corretos.

4) - Não é correto afirmar que:

a) - por razões de ordem biológica, social e econômica é proibido ao menor de 18 anos o trabalho noturno, assim considerado aquele realizado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, no meio urbano;

b)- ao menor de 18 anos é proibido o trabalho em locais perigosos, que impliquem contato com substâncias inflamáveis, explosivos e com eletricidade, em condições de risco acentuado;

c)- ao menor de 18 anos é proibido o trabalho em serviços que demandem o emprego de força muscular superior a 20 quilos, para trabalho contínuo, ou 25 quilos para o trabalho ocasional, em que a remoção de material é feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos;

d)- ao menor de 18 anos é proibido o trabalho no subsolo;

e)- ao menor de 18 anos, considera-se prejudicial à sua moralidade, o trabalho prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, *dancings* e estabelecimentos análogos.

5). Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta. Não há vínculo de emprego, segundo expressa disposição legal:

I - na contratação do aprendiz efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades expressamente indicadas na lei;

II - no contrato de aprendizagem mantido entre a entidade de prática desportiva e o atleta em formação, maior de quatorze e menor de vinte anos de idade, ainda que haja auxílio financeiro fornecido pela entidade formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal;

III - no serviço legalmente definido como voluntário, ainda que concedido auxílio financeiro ao prestador de serviço, na forma da lei;

IV - Na relação entre a congregação religiosa e aquele que presta trabalho de cunho religioso, destinado à assistência espiritual e divulgação da fé.

- a)- todas as opções estão corretas;
- b)- apenas três opções estão corretas;
- c)- apenas duas opções estão corretas;
- d)- apenas uma opção está correta;
- e)- todas as opções estão incorretas.

6)- A lei exige expressamente que o contrato de trabalho seja celebrado por escrito e com comprovante de alfabetização do empregado, em se tratando de:

- a)- empregado jogador de futebol;
- b)- empregado contratado por tempo determinado, a título de experiência;
- c)- empregado radialista, que trabalha para empresa de radiodifusão;
- d)- empregado aeronauta;
- e)- empregado menor de 18 anos.

7)- De acordo com literal disposição da legislação trabalhista, são fontes do Direito do Trabalho, que devem ser observadas pelas autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho:

- a)- em todos os casos, a jurisprudência, a analogia, a equidade e os princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado.
- b)- na falta de disposições legais ou contratuais, a jurisprudência, a analogia, a equidade e os princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado.
- c)- o direito comum como fonte subsidiária do Direito do Trabalho, obrigatoriamente em todos os casos.
- d)- os princípios do Direito do Trabalho, subsidiariamente naquilo em que não for incompatível com os princípios gerais do direito;
- e)- leis e princípios gerais de direito, exclusivamente.

8)- Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta:

I - sendo o empregado bancário, em se tratando de horas extras pré-contratadas opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas;

II - a prescrição é total e não parcial quando se tratar de pedido de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar e jamais paga ao ex-empregado, começando a fluir o biênio prescricional a partir da aposentadoria;

III - tratando-se de pedido de diferença de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar, a prescrição aplicável é a parcial, não atingindo o direito de ação, mas, tão-somente, as parcelas anteriores ao quinquênio;

IV - a supressão das comissões ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, é suscetível de operar a prescrição total da ação, nos termos da Súmula 294 do TST, em virtude de cuidar-se de parcela não assegurada por preceito de lei.

a)- todas as opções estão corretas;

b) - apenas três opções estão corretas;

c) - apenas duas opções estão corretas;

d) - apenas uma opção está correta;

e) - todas as opções estão incorretas.

9) - Determinada empresa, em reunião com seus empregados, pactuou verbalmente o acordo de compensação de horas, estabelecendo a jornada de dez horas diárias de segunda a quinta-feira e quatro horas às sextas-feiras, com folga aos sábados, domingos e feriados. Neste caso:

a)- o acordo é válido e os empregados não possuem direito a nenhuma hora extraordinária;

b)- o acordo é válido, mas os empregados possuem direito ao adicional das horas extraordinárias que ultrapassarem à oitava diária;

c) - o acordo é inválido e os empregados possuem direito às horas extraordinárias que ultrapassarem à oitava diária, com o adicional legal;

d) - o acordo é inválido, mas os empregados não possuem direito a qualquer hora extraordinária, fazendo jus, porém, ao adicional legal sobre as horas que ultrapassarem à oitava diária;

e) - o acordo é inválido, mas por se tratar de infração administrativa e não ultrapassar a jornada semanal de 44 horas, não gera direito a qualquer hora extraordinária ou adicional.

10)- Quanto ao labor em horário noturno, analise as afirmativas abaixo e indique a alternativa correta:

I - em relação às empresas cujo trabalho noturno decorra da natureza das atividades, o adicional noturno será calculado sobre o salário mínimo vigente na região, não sendo devido quando exceder desse limite, já acrescido da percentagem;

II - ainda que cumprida parcialmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas;

III - não se aplica o princípio da irredutibilidade salarial na transferência do empregado do período noturno para o diurno, de forma com que, efetivada essa transferência há a perda do adicional noturno;

IV - o trabalhador rural, quando laborar em jornada noturna, fará jus ao adicional de 25% e à redução da hora para cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

- a)- todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

11)- Sobre a equiparação salarial, considerando o entendimento sumulado do TST, analise as proposições e assinale a alternativa correta:

I - não é possível a equiparação salarial quando o desnível resulta de decisão judicial que beneficiou o paradigma;

II - a equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos possuem diferentes denominações;

III - na ação de equiparação salarial, a prescrição é total e conta-se a partir do momento em que o empregado passou a exercer função do paradigma;

IV - a cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, exceto se exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

12) - Assinale a alternativa correta:

a) - é ilegal a contratação de empregado temporário, segundo a Lei n. 6.019/74, para desenvolvimento de atividades-fim da empresa tomadora dos serviços;

b) - é causa de nulidade do contrato de trabalho temporário a existência de subordinação entre o empregado temporário e a empresa tomadora de serviços;

c) - o prazo máximo do contrato celebrado entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, é de 90 dias, podendo ser prorrogado mediante autorização do Ministério do Trabalho e Previdência Social;

d) - nos termos do artigo 443 da CLT é lícita a celebração de contrato de trabalho temporário de forma tácita ou expressa, verbal ou por escrito, desde que seja por prazo determinado;

e) - será nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

13) - Considerando o disposto na CLT quanto ao trabalho do menor, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - a duração normal diária do trabalho do menor pode ser prorrogada, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo, até mais duas horas, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 44 horas semanais ou outro inferior legalmente fixado;

II - a duração normal diária do trabalho do menor pode ser prorrogada excepcionalmente, por motivo de força maior ou para atender serviços inadiáveis, até o máximo de doze horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 50% sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento;

III - quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas;

IV - para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores a autoridade fiscalizadora poderá proibir que o trabalhador menor usufrua os períodos de repouso no local de trabalho;

V - A proteção especial do trabalhador adolescente está fundamentada em razões de ordem fisiológica, cultural, moral e de segurança.

- a) - somente uma afirmativa está correta;
- b) - somente duas afirmativas estão corretas;
- c) - somente três afirmativas estão corretas;
- d) - somente quatro afirmativas estão corretas;
- e) - todas as afirmativas estão corretas.

14) - Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, são proibidas, pela CLT, dentre outras, as seguintes ações do empregador:

I - publicar anúncio de emprego no qual haja referência à situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;

II - recusar emprego em razão de estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;

III - considerar o sexo como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;

IV - exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;

V - impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez.

- a) - todas as afirmativas estão corretas;
- b) - somente as afirmativas IV e V estão corretas;
- c) - somente a afirmativa II está incorreta;
- d) - somente a afirmativa V está correta;
- e) - todas as afirmativas estão incorretas

15) - Desde que preenchidas as formalidades legais, têm garantia provisória de emprego:

I - o representante dos empregados membro da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes;

II - Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas;

III - os membros do Conselho Nacional da Previdência Social, representantes dos trabalhadores em atividade;

IV – o empregado sindicalizado, candidato a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional;

V – Os membros da CIPA que representam os empregados;

- a) - somente as afirmativas IV e V estão corretas;
- b) - somente a afirmativa II está incorreta;
- c) - somente a afirmativa V está correta;
- d) - todas as afirmativas estão incorretas;
- e) - Todas as alternativas estão corretas.

16) - Considerando as disposições da CLT acerca do trabalho a tempo parcial, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – é facultado ao empregado converter 1/3 das férias a que tiver direito em abono;

II – as férias do empregado a tempo parcial poderá variar de 8 a 18 dias e caso tenha mais de sete faltas injustificadas, o período de férias será reduzido à metade;

III – A jornada diária de 8 horas, três vezes na semana, descaracteriza o contrato de trabalho a tempo parcial;

IV – é vedada, em qualquer hipótese, a migração do trabalhador que cumpre jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais para o regime de trabalho a tempo parcial, por violação ao princípio da irredutibilidade salarial;

V – a jornada máxima para o trabalhador em regime de tempo parcial é de 30 horas semanais.

- a) - todas as alternativas estão incorretas;
- b) - somente as afirmativas I e V estão incorretas;
- c) - somente as afirmativas I, III e V estão incorretas;
- d) - somente as afirmativas III, IV e V estão incorretas;
- e) - somente as afirmativas I, III, IV e V estão incorretas.

17) – Extingue-se o contrato de aprendizagem quando:

I – constatado desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II – verificada a ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;

III – verificada a ocorrência de seu termo;

IV – o aprendiz completar vinte e quatro anos, salvo ao aprendiz portador de deficiência;

V – houver a prática de falta disciplinar grave, pelo aprendiz.

- a)- somente as afirmativas I e V estão incorretas;
- b) - somente as afirmativas I, III e V estão incorretas;
- c) - somente as afirmativas III, IV e V estão incorretas;
- d) - somente as afirmativas I, III, IV e V estão incorretas;
- e) - todas as alternativas estão corretas.

18) - Sobre as receitas das entidades sindicais, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - segundo entendimento sumulado do STF, a contribuição confederativa de que trata o artigo 8º, inciso IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo;

II - a contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão;

III - os sindicatos, além das contribuições confederativas e contribuições sindicais poderão instituir, conforme seus estatutos, contribuições assistenciais, como qualquer associação poderia fazê-lo, obrigando apenas os seus filiados;

IV - com a promulgação da EC 45/2004 o litígio entre entidades sindicais relativos à legitimidade para a cobrança da contribuição sindical é de competência da Justiça do Trabalho.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

19) – Sobre a liberdade sindical, é correto afirmar:

I - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir de sua eleição para o cargo de direção ou representação sindical;

II - o aposentado filiado tem direito de votar e ser votado nas eleições sindicais;

III - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

IV - é facultado aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar, ou delimitar, as atividades insalubres ou perigosas.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

20) - A respeito das Entidades Sindicais, assinale a opção correta:

a) – a convenção coletiva é constituída de cláusulas normativas, que vão estabelecer o conteúdo do contrato individual e de cláusulas obrigacionais, que vão dispor sobre direitos e deveres recíprocos entre os convenentes, e admite-se que tais cláusulas possam retroagir a data anterior ao início de sua vigência, não alcançando, todavia, os contratos individuais já extintos antes desse início, sob pena de se atingir situações jurídicas constituídas;

b) - uma das prerrogativas do sindicato é de representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais

dos associados relativos à atividade ou profissão exercida, cuja representação legal atribui à entidade tão-somente a condição de substituto processual;

c) - calcado no entendimento do TST, o artigo 522 da CLT, que limita a sete o número de dirigentes sindicais, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, uma vez que fere a autonomia sindical, da qual emerge o direito de autodeterminação e governar-se;

d) - as convenções ou acordos coletivos serão celebrados por escrito, sem emendas ou rasuras, em quantas vias forem os sindicatos ou empresas acordantes, além de uma que deverá ser levada a registro e homologação, bem assim entram em vigor três dias após a data da entrega da via ao órgão competente do Ministério do Trabalho;

e) - o pedido de reconhecimento do sindicato será dirigido ao Ministro do Trabalho instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da associação.

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

21) - Acerca da organização da Seguridade Social, assinale a alternativa incorreta:

a) - o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS -, autarquia federal, como sede e foro no Distrito Federal, está vinculado ao Ministério da Previdência Social, em que uma das atribuições é a de gerir os recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social;

b) - a gestão da Seguridade Social está baseada em órgãos colegiados, os quais são norteados por objetivos definidos pela CF/88, dentre os quais o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, e do Governo nos órgãos colegiados;

c) - O Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS – é órgão superior de deliberação colegiada, composto de representantes do Governo federal e da sociedade civil, num total de 15 membros, dos quais seis representantes do Governo Federal e nove representantes da sociedade civil, sendo destes: três representantes dos aposentados e pensionistas, três representantes dos trabalhadores em atividades e três representantes dos empregadores;

d) - compete aos órgãos governamentais prestar toda e qualquer informação necessária ao adequado cumprimento das competências do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS -, fornecendo inclusive estudos técnicos, e encaminhar ao CNPS, com antecedência mínima de 2 (dois) meses do seu envio ao Congresso Nacional, a proposta orçamentária da Previdência Social, devidamente detalhada;

e) a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

22)- Aponte a alternativa correta:

I - a filiação é o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social, mediante comprovação dos dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis a sua caracterização;

II - trabalhador avulso é aquele que presta serviços sem vínculo empregatício, de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, com ou sem a intermediação do sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra;

III - o produtor rural pessoa física, em relação a seus empregados, é equiparado a empresa para fins previdenciários;

IV - para o empregador rural pessoa física não há incidência de contribuição previdenciária sobre folha de pagamento de empregados ou sobre remunerações de demais trabalhadores que lhe prestem serviços.

- a) - todas as alternativas estão corretas;
- b) - apenas duas alternativas estão corretas;
- c) - apenas três alternativas estão corretas;
- d) - apenas uma alternativa está correta;
- e) - todas as alternativas estão incorretas.

23)- Qual das parcelas integra o salário-de-contribuição?

- a) - diárias para viagens não excedentes a 50% da remuneração mensal;
- b) - indenização por danos morais;
- c) - abono de férias nos termos dos artigos 143 e 144 da CLT;
- d) - décimo terceiro salário;
- e) - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

24) - Assinale a alternativa correta:

- a) - a dependência econômica de todos os dependentes do segurado é presumida;
- b) - é considerada como doença ocupacional a doença inerente a grupo etário;
- c) - o segurado obrigatório que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, pelo prazo improrrogável de 12 (doze) meses após a cessação das contribuições;
- d) - Em nenhuma hipótese a renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição;
- e) - Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

25) - Nos termos da Lei 8212/91, equipara-se a acidente de trabalho:

- I - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de pessoa privada do uso da razão;
- II - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;
- IV - o acidente sofrido pelo segurado no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado;
- V - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.

- a) - somente uma afirmativa está correta;
- b) - somente duas afirmativas estão corretas;
- c) - somente três afirmativas estão corretas;
- d)- somente quatro afirmativas estão corretas;
- e) - todas as afirmativas estão corretas.

## DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

26) - De acordo com a CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS, considera-se representante de um Estado para expressar o consentimento do Estado em obrigar-se por um tratado:

I - somente a pessoa que apresentar documento expedido pela autoridade competente de um Estado e pelo qual é designada para representar o Estado na negociação;

II - determinado agente, implicitamente, quando a prática dos Estados interessados ou outras circunstâncias indicarem que a intenção do Estado era considerar essa pessoa seu representante para esses fins e dispensar os plenos poderes;

III - os Chefes de Estado, os Chefes de Governo e os Ministros das Relações Exteriores, para a realização de todos os atos relativos à conclusão de um tratado, independente da apresentação de plenos poderes;

IV - os representantes acreditados pelos Estados perante uma conferência ou organização internacional ou um de seus órgãos, para a adoção do texto de um tratado em tal conferência, organização ou órgão, independente da apresentação de plenos poderes.

- a)- todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

27) - Dispõe o Tratado que instituiu a Comunidade Européia: “tendo presentes os Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, a Comunidade tem por objetivos a promoção do emprego e a melhoria das condições de vida e de trabalho, visando proteção social adequada, bem como nível de emprego elevado e duradouro, e a luta contra as exclusões”. Esta ação da Comunidade obedece ao princípio:

- a) - da subsidiariedade, ou seja, a Comunidade apoiará e completará a ação dos Estados Membros;
- b)- da reserva de competência, ou seja, a comunidade especifica quais são domínios de suas atribuições exclusivas;
- c)- da solidariedade, ou seja, todos contribuem, criando o Fundo Social Europeu, destinado, inclusive, para reparação de danos aos trabalhadores;
- d)- da soberania dos Estados-Membros quanto às disposições legislativas, regulamentares e administrativas;
- e)- da exceção, permitindo que o Estado-Membro invoque direito interno para afastar a aplicação de normas do Tratado.

28) - Considerando as disposições contidas na Convenção 138 da OIT, assinale a alternativa incorreta:

- a) - referida Convenção prega a abolição efetiva do trabalho de crianças e a elevação progressiva da idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho, não podendo ser inferior a 15 anos, mas ressalva aos Países-membros, cuja economia e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, a definição de idade mínima de 14 anos;
- b) - referida Convenção não permite exceções para a proibição de emprego ou trabalho de pessoas com idade inferior à mínima, quando tiver por finalidade a participação em representações artísticas, estabelecendo o prazo de 10 anos para que os Países-membros criem normas que vedem expressamente o trabalho infantil em representações artísticas;
- c) - as leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves, que não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento;
- d) - a idade mínima a ser fixada por cada País-membro em cumprimento à Convenção 138, além de não poder ser inferior a 15 anos, não poderá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória;
- e) - referida Convenção estabelece 18 anos como idade mínima para admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem.

29) - Nos termos da Convenção 182/OIT, a expressão “piores formas de trabalho infantil” abrange:

- I – todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida e servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive o recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- II - utilização, procura e oferta de crianças para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;
- III - utilização, procura e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- IV - trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

- a) - todas as afirmativas estão corretas;
- b) - somente a afirmativa IV estão incorreta;
- c) - somente as afirmativas III e IV estão corretas;
- d) - somente a afirmativa III está correta;
- e) - somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

30) – Analise as afirmativas abaixo e indique a alternativa correta:

A Convenção 182/OIT, considerando a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, prevê a adoção de medidas efetivas com o fim de:

- I - impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil;
- II - proporcionar a necessária e apropriada assistência direta para retirar as crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e integração social;
- III - garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita, e, quando possível e conveniente, à formação profissional;
- IV- identificar crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas;
- V- levar em consideração a situação especial das meninas.

- a) - somente a afirmativa IV está incorreta;
- b) - somente as afirmativas III e IV estão corretas;
- c) - somente a afirmativa III está correta;
- d) - somente as afirmativas II, III e IV estão corretas;
- e) - todas as afirmativas estão corretas.

### DIREITO PENAL

31) – Analise as proposições abaixo formuladas, e marque a alternativa correta:

- I - Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;
- II - Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- III - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados;
- IV - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- V - Quanto ao conceito analítico de crime, há duas teorias, a primeira, denominada de tripartite, segundo a qual crime é todo fato típico, antijurídico e culpável e, a segunda, considera crime todo fato típico e antijurídico.

- a) está correto apenas o item I;
- b) estão corretos apenas os itens I e II;
- c) estão corretos apenas os itens I, II, III;
- d) estão corretos apenas os itens I, II, III e IV;
- e) todos os itens estão corretos.

32) - Determinado empregador arrolou e apresentou testemunha em juízo, pagando a esta quantia em dinheiro para transporte, hospedagem e alimentação. A testemunha, sentindo-se na obrigação de retribuir, prestou falso depoimento, em benefício do empregador. Contudo, em arrependimento posterior, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, a testemunha apresentou sua retratação por escrito. Neste caso é correto afirmar:

- a) - não há crimes cometidos pelo empregador ou pela testemunha, em razão da retratação tempestiva;
- b) - há crime cometido pelo empregador, mas não há crime cometido pela testemunha, em razão da retratação tempestiva;
- c) - há crime cometido pelo empregador e pela testemunha, mas ambos os fatos deixam de ser puníveis em face da retratação tempestiva;
- d) - não há crime cometido pelo empregador, mas sim pela testemunha, entretanto, o fato deixa de ser punível em face da retratação tempestiva;
- e) - há crime cometido pelo empregador e pela testemunha, mas somente o crime cometido pela testemunha deixa de ser punido em face da retratação tempestiva.

33) – Assinale a alternativa correta:

- a) – a falsidade do testemunho pode revelar-se como falsidade positiva, falsidade negativa mas não falsidade reticente;
- b) – o crime de patrocínio infiel pode ser tido como pluriofensivo;
- c) – a retratação é causa de extinção da punibilidade, desde que feita anteriormente ao trânsito em julgado da sentença;
- d) – há crime de falso testemunho ainda que a falsidade recaia sobre fato jurídico irrelevante;
- e) – comete o crime de tergiversação o advogado que trai, nessa qualidade, o dever profissional, prejudicando o interesse cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

34)- Assinale a alternativa correta:

- a) feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei; logo, havendo o consentimento do réu, o termo final para que o autor possa modificar o pedido ou a causa de pedir é o encerramento da audiência de instrução;
- b) suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador, ainda que já tenha iniciado a audiência de instrução e julgamento;
- c) extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, desde que intimado pessoalmente, não suprir a falta até 05 (cinco) dias, contados da aludida intimação;
- d) a ausência da competência material do juiz constitui um dos pressupostos processuais de validade da relação processual, e não acarreta a extinção do processo, por força dos efeitos da declaração de incompetência, inclusive, os efeitos sobre os atos processuais já praticados no processo;
- e) suspende-se o processo quando a sentença de mérito tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente, cuja suspensão nunca poderá exceder 6 meses.

35) Examine as proposições abaixo e marque a alternativa correta:

- I - Em sentido processual parte é aquele que pede (autor) em face de quem se pede (réu) a tutela jurisdicional, e parte no sentido material é aquele que afirma ser titular da relação jurídica material discutida em juízo em face de quem se afirma essa titularidade;
- II - O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa;
- III - Quando há coincidência entre a legitimação de direito material e a legitimidade para estar em juízo, diz-se que há legitimidade ordinária, e quando aquele que tem legitimidade para estar no processo como parte não é o que se afirma titular do direito discutido em juízo, diz-se que há legitimação extraordinária;
- IV - Quando a lei legitima o Ministério Público, abstratamente, para defender em juízo os direitos individuais homogêneos, tem-se que o *Parquet* age como substituto processual, na medida em que substitui pessoas determinadas, em que os direitos defendidos não perdem a sua natureza de individuais, mas ficam sujeitos ao regime especial de legitimação do processo civil coletivo;

V - Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo, inclusive a alguns entes despersonalizados é reconhecida a capacidade para estar em juízo, como ocorre com o espólio e a massa falida, bem assim permite-se que alguns órgãos públicos, com prerrogativas próprias, que não tenham personalidade jurídica, mas sim personalidade judiciária, possam impetrar mandado de segurança e ação popular;

- a) - somente uma afirmativa está correta;
- b) - somente duas afirmativas estão corretas;
- c) - somente três afirmativas estão corretas;
- d) - somente quatro afirmativas estão corretas;
- e) - todas as afirmativas estão corretas.

36) No atinente à intervenção de terceiros, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos;
- b) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor;
- c) Denúnciação da lide é ação secundária, de natureza condenatória, ajuizada no curso de outra ação condenatória principal, em que há duas relações processuais, mas um processo, cujas lides serão julgadas na mesma sentença, inclusive, a demanda secundária será apreciada, mesmo que o denunciante for vencedor, pelo mérito, na ação principal;
- d) É admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu e de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum;
- e) A assistência constitui-se em modalidade de intervenção de terceiros, a qual consiste na faculdade de terceiro, detentor de interesse jurídico, intervir no processo para assistir uma das partes, visando que a sentença seja favorável ao assistido;

37) Assinale a alternativa correta:

- a) A petição inicial é peça inaugural do processo e nela é que se fixam os limites da lide e, pelo princípio da congruência entre pedido e sentença, o juiz deve decidir de acordo com o que foi pedido, não podendo decidir fora (*extra*), acima (*ultra*) ou abaixo do pedido (*citra*) e, tampouco, acerca de outras questões que não foram suscitadas pelas partes, tais como cláusulas gerais pertinentes à função social do contrato ou boa-fé objetiva;
- b) Na petição inicial, o pedido será sucessivo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo;
- c) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão, motivo pelo qual a cumulação no processo pode ser objetiva, no atinente aos pedidos e subjetiva em relação às partes;
- d) Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais, a correção monetária e, ainda que não formulado pelo autor na petição inicial, os honorários advocatícios, despesas processuais, bem como o pedido de prestações periódicas vincendas;
- e) São requisitos de admissibilidade da cumulação de pedidos, na petição inicial, que estes sejam compatíveis entre si, que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo e que seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento, devendo o autor indicar o rito processual a ser empregado, na hipótese de cada pedido corresponder a tipo diverso de procedimento.

38)- Sobre a aplicação da lei processual no tempo, assinale a alternativa correta:

I - o sistema da unidade processual enuncia que o processo, embora composto por uma série de atos diversos, é uno, pois os atos são inseparáveis e possuem um único fim, qual seja, a solução do litígio. Por essa razão, em face da unidade do processo, este somente poderá ser regulado por uma única lei;

II - o sistema das fases processuais enuncia que o processo é composto de fases autônomas, dentre as quais postulatória, probatória e recursal, cada uma susceptível, *de per si*, de ser disciplinada por uma lei diferente;

III - o sistema do isolamento dos atos processuais enuncia que o processo se desenvolve por meio de uma seqüência de atos processuais, cada qual podendo ser considerado isoladamente para efeito de aplicação da lei nova. Destarte, a lei nova não se aplica aos atos já praticados; não atinge esses atos ou seus efeitos. Esses são regulados pela lei em vigência na época de sua prática. Contudo, a lei nova aplica-se imediatamente aos atos ainda não praticados, não havendo limitações quanto às fases do processo.

IV - o Código de Processo Civil adotou o sistema do isolamento dos atos processuais.

- a)- todas as proposições estão corretas;
- b) - apenas a proposição I está incorreta;
- c) - apenas a proposição II está incorreta;
- d) - apenas a proposição III está incorreta;
- e) - apenas a proposição IV está incorreta;

39)- Não é causa de suspeição do Magistrado:

- a)- quando for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;
- b) - alguma das partes for credora ou devedora do juiz;
- c) - alguma das partes for credora ou devedora de parentes do juiz, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;
- d) - quando for advogado de uma das partes o cônjuge do juiz;
- e) - quando o juiz for empregador de uma das partes.

40)- Considerando as disposições constantes no CPC acerca da competência, assinale a alternativa correta:

I - a competência relativa é estabelecida em função do valor e do território e tem como características a determinação por normas inderrogáveis, a possibilidade de embasar ação rescisória e a impossibilidade de ser conhecida de ofício;

II - enquanto que a conexão e a continência são formas voluntárias de prorrogção da competência, o foro de eleição é uma forma legal de prorrogção da competência;

III - a nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz;

IV - a prevenção entre juízes com a mesma competência territorial ocorre com a citação válida.

- a)- todas as proposições estão incorretas;
- b) - apenas a proposição I está correta;
- c) - apenas a proposição II está correta;
- d) - apenas a proposição III está correta;
- e) - apenas a proposição IV está correta;

41)- Sobre a resposta do réu, assinale a alternativa correta:

- a) - a reconvenção e a contestação devem ser oferecidas simultaneamente, em peças autônomas;
- b) - a exceção de impedimento terá autuação apartada e somente suspenderá o processo após o término do prazo para oferecimento da contestação;
- c) - o réu poderá reconvir ao autor, no mesmo processo, ainda que a reconvenção não seja conexa com a ação;
- d) - a desistência da ação ou sua extinção, implica na extinção da reconvenção;
- e)- poderá o réu, em nome próprio, reconvir ao autor, ainda que este demandar em nome de outrem.

42)- Analise as proposições abaixo e responda:

- I - a desistência da ação é ato unilateral do autor se requerida antes de oferecida a defesa;
- II - a alteração do pedido ou da causa de pedir é ato unilateral do autor se efetivada antes da citação;
- III - após o saneamento do processo o autor, ainda que haja a concordância do réu, não poderá desistir da ação;
- IV - após o saneamento do processo o autor, ainda que haja a concordância do réu, não poderá alterar a causa de pedir.

- a) - todas as proposições estão corretas;
- b) - apenas a proposição I está incorreta;
- c) - apenas a proposição II está incorreta;
- d) - apenas a proposição III está incorreta;
- e) - apenas a proposição IV está incorreta;

43)- Sobre a penhora de crédito, assinale a alternativa incorreta:

- a) - em se tratando de penhora de título de crédito a penhora é consumada com a intimação de terceiro para que deposite o valor devido em juízo;
- b) - em se tratando de crédito a penhora é consumada com a intimação do devedor para que não disponha de seu crédito e do terceiro para que efetue o depósito do valor devido em juízo;
- c) - efetuada a penhora de crédito é facultado ao credor sub-rogar-se no direito do devedor ou requerer a alienação judicial do direito penhorado;
- d) - a subrogação não impede ao sub-rogado, se não receber o crédito do devedor, de prosseguir na execução nos mesmos autos, penhorando outros bens do devedor;
- e) - quando o direito estiver sendo pleiteado em juízo, averbar-se-á no rosto dos autos, a penhora, que recair nele e na ação que lhe corresponder.

44) - Diante da nova sistemática decorrente das alterações do CPC, analise as afirmativas abaixo e assinale a resposta correta:

I – cabe à parte informar nos autos a alteração temporária ou definitiva do seu endereço, sob pena de presumirem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos.

II – incumbe ao oficial de justiça efetuar avaliações quando houver rejeição ao valor estimado pelo executado ou quando não sejam necessários conhecimentos especializados;

III - fazem a mesma prova que os originais as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

IV – é impenhorável a meação do cônjuge;

V – o juiz não poderá deferir a substituição da penhora antes de fracassadas duas tentativas de alienação judicial do bem.

- a) – todas as afirmativas estão corretas;
- b) – somente as afirmativas I, II e III estão corretas;
- c) – somente as afirmativas I, II, III e V estão corretas;
- d) – somente as afirmativas III, IV e V estão corretas;
- e) – somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

45) - Considerando a nova sistemática da execução no CPC, analise as afirmativas abaixo e indique a alternativa correta:

I - desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes, o juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos desde que haja relevantes fundamentos e o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação;

II - a decisão que concede efeito suspensivo aos embargos pode ser revista pelo juiz a qualquer tempo, a requerimento da parte, quando cessarem as circunstâncias que a motivaram, decisão esta que deverá ser necessariamente fundamentada.

III - o exequente que promover averbação do ajuizamento da execução no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto, de forma manifestamente indevida, indenizará a parte contrária;

IV - a expropriação será feita na seguinte ordem: adjudicação, alienação por iniciativa particular, alienação em hasta pública e usufruto do bem;

V - cônjuge, os descendentes ou ascendentes do executado podem requerer adjudicação do bem penhorado antes de ser deferida a alienação por iniciativa particular.

- a) – todas as afirmativas estão corretas;
- b) – apenas quatro afirmativas estão corretas;
- c) – apenas três afirmativas estão corretas;
- d) – apenas duas afirmativas estão corretas;
- e) – apenas uma afirmativa está correta.

46) Considerando as disposições acerca da impenhorabilidade de bens, assinale a alternativa incorreta:

- a) - os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social são impenhoráveis;
- b) - a quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 salários mínimos é impenhorável;
- c) - as roupas do executado são impenhoráveis, qualquer que seja o seu valor;

d) - os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida são impenhoráveis;

e) – a impenhorabilidade não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

47) - O CPC estabelece expressamente, no tocante à execução, que:

I) - os bens poderão ser depositados em poder do executado nos casos de difícil remoção ou quando houver expressa anuência do exeqüente;

II) - o devedor pode, antes da adjudicação ou da arrematação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro, caso em que a execução correrá sobre a quantia depositada;

III) - o juiz poderá dispensar a intimação do executado quando o oficial de justiça não conseguir localizá-lo para a intimação da penhora, desde que certificado este fato, detalhadamente, nos autos;

IV) – o exeqüente poderá requerer, em substituição à hasta pública, que a expropriação do bem penhorado seja feita por alienação realizada por meio da rede mundial de computadores, com uso de páginas virtuais criadas pelos Tribunais ou por entidades públicas ou privadas em convênio com eles firmado, desde que esta modalidade de alienação esteja regulamentada pelos órgãos competentes e na forma da lei;

V) – independentemente da anuência do credor, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.

a) – todas as afirmativas estão corretas;

b) – apenas quatro afirmativas estão corretas;

c) – apenas três afirmativas estão corretas;

d) – apenas duas afirmativas estão corretas;

e) – apenas uma afirmativa está correta.

48) – No tocante ao cumprimento da sentença, a impugnação não poderá versar sobre:

I - qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença.

II - inexigibilidade do título;

III - ilegitimidade das partes;

IV - excesso de execução;

V - falta ou nulidade da citação, se o processo não correu à revelia;

a) – todas as afirmativas estão corretas;

b) – apenas quatro afirmativas estão corretas;

c) – apenas três afirmativas estão corretas;

d) – apenas duas afirmativas estão corretas;

e) – apenas uma afirmativa está correta.

49) – Quanto ao processo cautelar, é correto afirmar:

- I – nem toda tutela urgente possui natureza cautelar;
- II – a referibilidade, a autonomia procedimental própria, a revogabilidade e a provisoriedade, dentre outras, são características fundamentais do processo cautelar;
- III – cessada a eficácia da medida cautelar por não ter sido executada dentro de 30 dias, a parte não poderá repetir o pedido ainda que por novo fundamento;
- IV - o requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida se o juiz acolher, no procedimento cautelar, a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor, cuja indenização será liquidada nos autos do procedimento cautelar;
- V – a tutela cautelar não fica restrita às medidas típicas, podendo o juiz conceder outras medidas atípicas em nome do poder gerar cautelar que lhe confere o CPC.

- a) – todas as afirmativas estão corretas;
- b) – apenas quatro afirmativas estão corretas;
- c) – apenas três afirmativas estão corretas;
- d) – apenas duas afirmativas estão corretas;
- e) – apenas uma afirmativa está correta.

50) – Quanto ao arresto, assinale a alternativa correta:

- a) - o juiz concederá o arresto independentemente de justificção prévia quando for requerido pela União, Estado ou Município, nos casos previstos em lei;
- b) - cessa obrigatoriamente o arresto pelo pagamento, pela novação, pela transação ou pela moratória;
- c) - para a concessão do arresto é essencial prova literal da dívida líquida e certa, não se equiparando a tal, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, que condena o devedor no pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se;
- d) – em nenhuma hipótese a sentença proferida no arresto fará coisa julgada na ação principal, em face da acessoriedade, instrumentalidade e provisoriedade que revestem a aludida medida, que visa garantir a efetividade do processo principal;
- e) – o arresto tem lugar quando o devedor que tem domicílio aliena ou tenta alienar bens que possui, contrai ou tenta contrair dívidas extraordinárias, põe ou tenta pôr os seus bens em nome de terceiros.